

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.630 - DF (2019/0083506-2)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO RECANTO DAS EMAS - DF
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE FAMÍLIA SUCESSÕES INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO
INTERES. : R S DE A E OUTRO
REPR. POR : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
INTERES. : J DO C DE A F

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo por iniciativa do Juízo de Direito da Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Recanto das Emas, Distrito Federal, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, de Família, Sucessões, Infância e Juventude de Águas Lindas, Estado de Goiás, relativamente à ação de alimentos proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face de J. C. A. F., genitor paterno, em prol dos menores R. S. A. e J. C. A. N., visando à fixação de pensão alimentícia.

O Juízo goiano, contudo, declinou da competência em favor do foro de Recanto das Emas, DF, para onde se mudou a genitora dos menores, a pretexto do que prevê o art. 53, inciso II, do Código de Processo Civil atual (fls. 4/5).

O Juízo distrital suscitou o presente conflito ao argumento de que a competência relativa não pode ser declinada de ofício, devendo ser observado o princípio da *perpetuatio jurisdictionis* (fls. 3/9).

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pela juntada da manifestação do Juízo suscitado (fls. 36/38).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A transcrição da decisão proferida pelo Juízo suscitado encontra-se transcrita nas razões da magistrada suscitante, não se cogitando possa não corresponder à realidade.

No mérito, considerando a tranquila jurisprudência desta Corte, tenho que deve prevalecer o foro de quem regularmente detenha a guarda dos menores para o julgamento da causa, na hipótese em comento na Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Recantos das Emas, DF, solução que ainda atende ao princípio do juízo

Superior Tribunal de Justiça

imediatamente, que prevalece sobre o art. 87 do CPC de 1973, hoje reproduzido no art. 43 do Código atual, quando identificado que a transferência do foro se harmoniza com o interesse preponderante da criança, como é o caso dos autos, em que não há elemento de convicção que permita concluir inverso. Nesse sentido sinalizam os precedentes da Segunda Seção do STJ, que atribuem supremacia ao art. 147, inciso I, da Lei 8.069/1990, regra que dispõe sobre a competência absoluta do local de residência do menor, conforme as seguintes ementas:

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. GUARDA DE MENOR. ALTERAÇÃO. JUÍZO DO DOMICÍLIO DE QUEM JÁ EXERCE A GUARDA. ART. 147, I, DO ECA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. IMPOSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO.

1 - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça sedimenta-se no sentido de que, tratando-se de ação com o objetivo de alterar guarda de menor, compete ao Juízo do domicílio de quem já exerce o encargo a solução da demanda. Precedentes.

2 - A Segunda Seção, em decisão recente, entende que a regra de competência insculpida no art. 147, I, do ECA, que visa a proteger o interesse da criança, é absoluta, ou seja, deve ser declarada de ofício, não sendo admissível sua prorrogação.

3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões de Araguaína - TO, o suscitado.

(CC 78.806/GO, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, unânime, DJU de 5.3.2008)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ADOÇÃO. DOMICÍLIO DE QUEM DETÉM A GUARDA. INTERESSE DO MENOR. ART. 147, I, DO ECA.

Em se tratando de processo submetido às regras protetivas do Estatuto da Criança e do Adolescente, a exegese da norma deve ser feita com avaliação do caso concreto, sempre visando ao critério que melhor atenda ao interesse dos tutelados.

Na espécie, mostra-se aconselhável que o pedido de adoção seja processado no domicílio de quem detém a guarda da menor, seus responsáveis (art. 147, I, do ECA), o que atende aos interesses da criança.

Conflito conhecido, para declarar competente o juízo suscitado, qual seja, o da Vara da Infância e Juventude de São José dos Campos - SP.

(CC 86.187/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, unânime, DJU de 5.3.2008)

PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR. ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO DA CRIANÇA E DAQUELES QUE DETÉM SUA GUARDA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONES X JUIZ IMEDIATO. PREVALÊNCIA DESTES ÚLTIMO NA HIPÓTESE CONCRETA.

1. Conforme estabelece o art. 87 do CPC, a competência determina-se no momento da propositura da ação e, em se tratando de hipótese de competência relativa, não é possível de ser modificada *ex officio*. Esse mencionado preceito de lei institui, com a finalidade de proteger a parte, a regra da estabilização da competência (*perpetuatio jurisdictionis*).

2. O princípio do juiz imediato vem estabelecido no art. 147, I e II, do ECA, segundo o qual o foro competente para apreciar e julgar as medidas, ações e procedimentos que tutelam interesses, direitos e garantias positivados no ECA, é determinado pelo lugar onde a criança ou o adolescente exerce, com regularidade, seu direito à convivência familiar e comunitária.

3. Embora seja compreendido como regra de competência territorial, o art. 147, I e II, do ECA apresenta natureza de competência absoluta, nomeadamente porque expressa norma cogente que, em certa medida, não admite prorrogação.

4. A jurisprudência do STJ, ao ser chamada a graduar a aplicação subsidiária do art. 87 do CPC frente à incidência do art. 147, I e II, do ECA, manifestou-se no sentido de que deve prevalecer a regra especial em face da geral, sempre guardadas as peculiaridades de cada processo.

5. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal-DF.

(CC 119.318/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, unânime, DJe de 2.5.2012)

No sentido confirmatório desse entendimento, o enunciado 383 da Súmula do STJ:

A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse

Superior Tribunal de Justiça

de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.

Em face do exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Recanto das Emas, DF.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

